
ORDENAR O MUNDO PELA FRONTEIRA IMAGINADA: O CASO DO *LIVRO DO CONHECIMENTO*

PAULO CATARINO LOPES*

RESUMO

Autêntico guia prático para viajar, pois fornece preciosas informações geográficas e históricas acerca das regiões evocadas, o *Livro do Conhecimento* constitui um excelente exemplo de como um relato medieval de viagens imaginárias foi utilizado como fonte e apoio para deslocações reais. Na paisagem que representa, cujas fronteiras são em grande parte imaginadas, sobretudo quando se afasta do centro ordenador e seguro que constitui a Europa ocidental, o anónimo autor deste singular documento tende sempre a individualizar os poderes dominantes e respectivos territórios, oferecendo uma concepção do mundo físico que podemos imaginar representativa do homem ibérico da viragem do século XIV para a centúria de Quatrocentos. O *Livro do Conhecimento* revela, afinal, como a sociedade hispânica da Baixa Idade Média já concebia o mundo conhecido como um espaço capaz de ser geográfica e politicamente inventariado, e, nessa medida, passível de ser descrito e itinerado.

PALAVRAS-CHAVE: Fronteira, imaginário, viagem, centro/periferia, Idade Média.

* IEM e CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores, Portugal.
E-mail: peclopes@gmail.com.

Artigo desenvolvido no âmbito do projecto de Pós-doutoramento financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) com a referência: SFRH/BPD/97963/2013.



ABSTRACT

Authentic practical guide to travel because it provides valuable geographical and historical information about the mentioned regions, the *Book of Knowledge* is an excellent example of how a medieval account of imaginary travel was used as source and support for actual travel. In the landscape it represents, whose borders are largely imagined, especially when away from the ordering and secure center that is Western Europe, the anonymous author of this singular document always tends to individualize the dominant powers and their territories, offering a conception of the physical world than we can imagine representative of the Iberian man of the 14th and 15th centuries. The *Book of Knowledge* reveals, after all, how the Hispanic Society of the late Middle Ages already conceived the known world as a space able to be geographically and politically inventoried, and therefore able to be described and traveled.

KEYWORDS: Border, imaginary, travel, center/periphery, Middle Ages.

Introdução

As longas e árduas deslocações realizadas por mercadores italianos, como Marco Polo, ou protagonizadas por membros das ordens franciscana e dominicana, como Guilherme de Rubruck, João de Plano Carpini, Jordão de Severac, Ricoldo de Montecroce, João de Montecorvino¹ e Odorico de Pordenone, provaram que o mundo medieval não foi, afinal, um mundo fechado, mas antes percorrido incessantemente, quer ao nível interno, quer em relação a paragens exteriores à Cristandade latina.

Desta vastidão de périplos nasceram relatos preciosos, os chamados livros de viagens medievais, que tomados no seu todo formam um género multifacetado. São obras de carácter diverso, que têm na sua base propósitos igualmente diferenciados. No entanto, apesar das múltiplas variantes, a articulação sempre comum de dois factores ao nível da construção do discurso, o documental com o literário, atribui-lhes um perfil singular.

¹ O único arcebispo de Pequim durante a Idade Média.

O primeiro factor, predominante, faz com que a descrição, principalmente do mundo urbano, assumia uma importância crucial, dominando sobre os aspectos literários. Daqui resulta um dado inequívoco: os livros de viagens oferecem uma visão bastante clara da concepção do mundo e da realidade na Idade Média, ao mesmo tempo que constituem uma fonte incontornável para compreender aspectos muito diversos da cultura medieval.

Em meados do século XIV, após um século de frutuoso contacto, a Ásia volta a fechar-se para os europeus. Uma consequência deste fechamento está em que a recordação das viagens realizadas começa a desvanecer-se na memória dos ocidentais. É o momento em que as lendas ancestrais recuperam terreno na mentalidade coeva e relatos menos verídicos começam a impor-se como verosímeis.

Com efeito, perante a falta de informação em primeira mão, as viagens imaginárias contribuíram para saciar a sede de notícias dos leitores, os quais assimilavam rapidamente estes relatos aos já conhecidos, e verídicos, de missionários e de mercadores, operando assim uma complexa conexão entre dados autênticos e imaginários, entre actualidade e tradição².

Para nós, hoje, eles são diferentes, mas na época coeva não. O facto de o *Livro do Conhecimento*³, um dos melhores exemplos de um relato medieval de viagens imaginárias, ter sido utilizado como fonte e apoio para deslocações reais é prova dessa circunstância. Como refere Paul Zumthor, o autor e o seu público eram indiferentes, enquanto condição, ao tópico da credibilidade⁴.

² Cf. Lacarra, María Jesús. 1989. “La imaginación en los primeros libros de viajes”. Em *Actas del III Congreso de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval*, 501. Salamanca: Universidad de Salamanca.

³ A partir deste ponto do texto, a designação do documento surgirá sempre de forma abreviada: *LC*.

⁴ “¿Se puede decir, efectivamente, desde un punto de vista muy general, que lo que diferencia el ‘viaje’ de todos los desplazamientos humanos imaginables, es que culmina para el viajero en un relato? Caso particular de un hecho más general todavía: cualquier toma de posesión territorial se realiza a través de un relato, aunque sea el que produce o falsifica la prueba de un derecho. Se agudiza una tensión entre la historia (el viaje tal y como fue, y como tal, inefable)

María Jesús Lacarra, por sua vez, defende que o princípio do verosímil e do crível não funcionava para os autores e leitores destas obras da mesma forma que para os actuais. Os critérios que estavam na sua base eram inequivocamente distintos⁵. Os leitores de então liam a obra segundo uma pluralidade de perspectivas, as quais, como assinala Hans Robert Jauss, determinavam a concepção das próprias obras⁶.

Baseando-se no conceito central de “horizonte de expectativas” – que se define pelo conjunto de expectativas culturais, éticas e literárias manifestadas pelos leitores no preciso momento histórico em que a obra surge –, Jauss defende que, para além da tradicionalmente aceite estética de produção e representação, existe outra ainda mais determinante, pois, situada a um nível profundo, que está na base dessa própria produção: uma estética de recepção e influência. Esta estética tem por alicerces a precedente experiência literária dos leitores e, sobretudo, o seu horizonte de expectativas relativamente à obra que está para vir. Este estado mental predispõe e influencia o autor durante o próprio processo de concepção da obra.

Por outras palavras, é tão importante conhecer o auditório e saber o que este espera como conhecer o próprio significado da mensagem. O horizonte de acolhimento e as expectativas do auditório impõe-se, pois, como fundamentais num estudo que pretende abordar a relação entre

y la geografía; entre el tiempo irrecuperable y el espacio permanentemente disponible. Por esta razón resulta inadmisibile, en este nivel profundo, en este tema y en esta época, el criterio que opone, en nuestra mente, lo ‘real’ y lo ‘imaginario’. El autor y su público eran indiferentes al criterio de credibilidad: ¡se seguía ilustrando con dibujos fantásticos el texto de Marco Polo ciento veinte años después de que fuera dictado!”, em Zumthor, Paul. 1994. *La Medida Del Mundo – Representación del espacio en la Edad Media*. Madrid: Cátedra, 290.

⁵ Cf. Lacarra, María Jesús. 1999. “El *Libro del Conosçimiento*: un viaje alrededor de un mapa”. Em *Libro del conosçimiento de todos los rregnos et tierras et señorios que son por el mundo, et de las señales et armas que han*, ed. facsimilar del Manuscrito Z (Múnich, Bayerische Staatsbibliothek, Cod. Hisp. 150), eds. María Jesús Lacarra et al., 78. Zaragoza: Institución “Fernando El Católico” (CSIC).

⁶ Cf. Jauss, Hans Robert. 1985. “Literary history as a challenge to literary theory”. Em *Toward an Aesthetic of Reception*. Paris: University of Minnesota Press, 3-45.

uma obra literária de carácter ficcional e as suas possíveis ligações com a realidade histórica.

No caso de textos como o *LC*, que mediante a utilização da primeira pessoa fazem-se enquadrar no modelo autobiográfico, certamente que os leitores operavam uma associação entre a obra e outras produções semelhantes, como eram as relações de viagens dos missionários. Desta forma, os textos imaginários ganhavam em autenticidade e credibilidade – o inverosímil do itinerário do *LC* não impediu que fosse referência para os conquistadores das Canárias, ou até, como defende Peter Russell, eventualmente para as expedições de D. Henrique no litoral ocidental africano⁷.

Paul Zumthor salienta também o facto de os autores medievais, até bem dentro de Quinhentos, parecerem conscientes de estarem a relatar coisas difíceis de crer. Daí a necessidade de se apoiarem nos autores antigos, nas *autorictas*, como base legitimadora para a sua mensagem⁸.

Não é por isso de estranhar que nos países da Cristandade os relatos de viagem tivessem exercido sobre os seus leitores uma grande influência, quer pelos factos que nomeavam quer pela significação de que se revestiam na mentalidade colectiva. Tratava-se, afinal, de responder a uma necessidade desse público.

É também fundamental não esquecer que os livros de viagens para além de uma função informativa desempenhavam uma função pragmática: o leitor fazia uma integração interior da viagem narrada, ou seja, esta leitura funcionava também como um movimento escatológico do indivíduo, alterando e determinando conseqüentemente a sua visão do mundo que o rodeava. Este fenómeno, como salienta Pedro Cátedra, se bem que se veri-

⁷ Cf. Russell, Peter E. 1997. “A Quest Too Far: Henry the Navigator and Prester John”. Em *The Medieval Mind: Hispanic Studies in Honour of Alan Deyermond*, eds. I. Macpherson e R. Penny, 401-416. Londres: Tamesis; Russell, Peter E. 1981. “The Infante Dom Henrique and the *Libro del conocimiento del mundo*”. Em *In memoriam Ruben Andressen Leitão*, ed. J. Sommer Ribeiro, vol. II, 259-267. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa.

⁸ Zumthor, *La medida*, 285-303.

ficasse sobretudo com textos relativos a peregrinações, também se podia aplicar a relatos de viagens de outra natureza⁹.

1. Autoria e datação do *LC*

A partir do momento em que se transformou num objecto de estudo, o *LC* viu-se rodeado por dois enigmas: a sua autoria e datação. Quem é, de facto, o autor do texto? E quando foi redigido o *LC*?

Em relação à autoria, avançamos a hipótese de o anónimo criador do *LC* ser um letrado leigo e não, como durante muito tempo se defendeu, um franciscano. Era, sem dúvida, bom conhecedor da cartografia da época e com acesso quer a esses mapas, quer às obras literárias clássicas, bem como aos armoriais coevos.

De salientar que, apesar de revelar em determinadas ocasiões um certo conhecimento da Antiguidade, o autor evidencia mais segurança e amplitude no conhecimento dos saberes geográficos, cartográficos, da política, do comércio e da história do que nos da teologia ou das artes liberais.

Os dados extraídos da fonte fazem-nos assim avançar duas possibilidades. A primeira de que o autor do *LC* estaria de alguma forma ligado à actividade comercial e ao mundo urbano, muito provavelmente através da comunidade judaica de Sevilha ou, sobretudo, de Maiorca – dada a proximidade com o mundo mercantil da periferia não cristã, ou seja, o Norte de África e o Médio Oriente; e dado o peso evidente da cartografia maiorquina no *LC*. A segunda, tendo em conta o recurso que faz da heráldica¹⁰ e

⁹ Cátedra, Pedro. 1993. “La dimensión interior en la lectura de los libros de viajes medievales”. Em *Actas del primer congreso anglo-hispano*, eds. Alan Deyermond and Ralph Penny, vol. II, 44. Madrid: Castalia, Madrid.

¹⁰ Martín de Riquer, “La heráldica en el *Libro del conocimiento*, por tercera vez”, in *Letters and Society in Fifteenth-Century Spain: Studies presented to P. E. Russell on his Eightieth Birthday*, ed. Alan Deyermond and Jeremy Lawrance (Oxford: The Dolphin Book Co., 1993), 149-151; Peter E. Russell, “La heráldica en el *Libro del conocimiento*”, in *Studia in Honorem Prof. Martín de Riquer*, ed. Jaume Vallcorba (Barcelona: Quaderns Crema, 1987), 690.

a visão do mundo daí resultante, de que o autor é alguém eventualmente associado ao universo aristocrático palaciano, ou seja, um cortesão. Também aqui a ligação ao mundo urbano é pertinente.

No que concerne à datação da obra, e não colocando em dúvida a data de nascimento apresentada pelo próprio autor no texto, a hipótese que consideramos mais adequada é a de que, em torno de 1385, este redigiu um texto que teve por base a sua própria experiência, as informações que lhe chegavam por terceiros, os dados fornecidos pelas obras literárias clássicas que ia consultando, e, sobretudo, contidos em um ou mais mapas concebidos entre 1350 e 1375. A partir de então e até pouco depois de 1390 efectua alguns acrescentos pontuais relativos a notícias recentes de que ia tendo notícia e que considerava fundamentais. Exemplos destes acrescentos serão as referências ao Grande Cisma do Ocidente, à conquista da ilha de Eubeia pela República de Veneza e à morte do genovês Lanzarotto.

2. O documento

Autêntico guia prático para viajar, pois fornece preciosas informações geográficas e históricas acerca das regiões evocadas, o *LC* constitui um exemplo paradigmático de que, pelo seu conteúdo e estrutura narrativa, os livros de viagens representam uma fonte privilegiada quer para o estudo da mundividência medieval, quer para a análise da realidade coeva da sua própria elaboração.

Para além de constituir uma compilação notável de bandeiras e escudos heráldicos, e de conter uma preciosa componente de *mirabilia*¹¹, que inclui diversos seres monstruosos, o *LC* destaca-se no contexto dos relatos

¹¹ Consideramos que a definição de Jacques Le Goff relativamente ao termo *mirabilia* é, neste passo, pertinente: “Os *mirabilia* não se limitam a coisas que o homem admira com os olhos (...), pois é todo um imaginário que se pode ordenar em volta desse apelo a um sentido, o da vista, e de uma série de imagens e de metáforas visuais”, em Le Goff, Jacques. 1994. *O Imaginário Medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 46.

de viagens medievais pelo facto de o seu conteúdo oferecer uma concepção do mundo físico que podemos imaginar representativa dos homens ibéricos do século XIV.

Trata-se de uma síntese histórico-geográfica que expressa o modo como a Península olhava o mundo, fazendo com que não fosse já a Bíblia a dar em exclusivo sentido ao espaço, mas também a viagem e tudo aquilo que com ela se relaciona, seja o encontro com um meio estranho, seja a informação histórica, política ou geográfica dos territórios percorridos, seja ainda a própria noção de fronteira que alimenta o imaginário do viajante – real ou fictício.

3. Uma mundividência nobiliárquica

Na paisagem que representa, cujas fronteiras são em grande parte imaginadas, sobretudo quando se afasta do centro ordenador e seguro que constitui a Europa ocidental, o anónimo autor do *LC* tende sempre a individualizar os poderes dominantes e respectivos territórios. E, apesar de ligados, ele atribui claramente mais importância aos poderes leigos do que aos poderes eclesiásticos.

Na sua perspectiva, o mundo é inequivocamente um espaço político, ou seja, de poder, dos senhores, individualizado simbolicamente através da heráldica. Trata-se, pois, de uma visão nobiliárquica e, portanto, ordenadora: não há terra-de-ninguém; tudo tem um “proprietário”.

Desta forma, o *LC* assume claramente um dos procedimentos narrativos que garante aos textos que compõem o género diversificado dos livros medievais de viagens uma forma literária autónoma: dar a conhecer o mundo tal como este se apresenta aos olhos do protagonista da jornada. Neste quadro, a informação transmitida e os conhecimentos veiculados constituem o elemento central da narrativa.

4. Uma clara intenção didáctica

O desenvolvimento da narração tem na sua base uma clara intenção didáctica, geográfica e histórica. Afinal, como o próprio título indica, trata-se do “Libro del conocimiento de todos los reynos et tierras et señoríos que son por el mundo et de las señales et armas que han cada tierra et señorío por sy et de los reyes et señores que los proueen”¹².

Diversos são os momentos em que a feição pedagógica do *LC* sobressai como fundamento discursivo. No entanto, um existe que se destaca pela clareza e objectividade ímpares, a saber quando o autor declara que “Los caminos ciertos para Catayo son dos: (...)”¹³. Aqui a obra impõe-se como um genuíno guia geográfico.

A este propósito, Joaquín Rubio Tovar assinala que “El título del *Libro* señala bien claro que su objetivo es dar a conocer noticias de una determinada realidad; lo importante parece, pues, la información que se transmite”¹⁴.

Para além de fornecer ao Ocidente uma informação preciosa sobre territórios e povos longínquos, bem como sobre disciplinas diversas como a história, a geografia ou a economia, este texto tem o mérito de, tal como os guias de mercadores, em boa parte se emancipar dos constrangimentos espirituais e da tradicional limitação do saber e da experiência que marcavam os textos tipicamente medievais. Textos onde, comparativamente, vingava uma concepção do mundo bem mais tradicionalista e fechada.

Relação apresentada como verídica, na qual o autor descreve, na primeira pessoa, as suas deslocações por vastas e longínquas regiões, que, ao

¹² Jiménez de la Espada, Marcos, ed. 1877. *Libro del conocimiento de todos los reynos et tierras et señoríos que son por el mundo et de las señales et armas que han cada tierra et señorío por sy et de los reyes et señores que los proueen*, escrito por un franciscano español á mediados del siglo XIV. Madrid: T. Fortanet.

¹³ Ms Z, escudo XCII.

¹⁴ Rubio Tovar, Joaquín, ed. 1986. *Libros españoles de viajes medievales*. Madrid: Taurus, 63.

fim e ao cabo, abarcam todo o mundo conhecido à época¹⁵, o *LC* apresenta como matéria principal os dados externos e não o mundo pessoal do autor.

É certo que o autor não realizou a viagem descrita no *LC*, impraticável, aliás, para a época. Contudo, é bastante provável que tenha percorrido algumas das rotas descritas no texto ou então que tenha recebido a informação sobre as mesmas em primeira mão.

Podemos juntar à sua própria experiência de viajante, o recurso a textos clássicos — ao nível, por exemplo, das *mirabilia* e de diversos elementos relativos à concepção do mundo, como a teoria dos sete climas —, portulanos, armoriais, testemunhos orais e escritos de outros viajantes, e ainda o estudo dos mapas mais ou menos contemporâneos — o mais provável dos quais terá sido o *Atlas Catalão* de Abraham Cresques.

Paul Zumthor salienta, no quadro da Baixa Idade Média, que “cada autor, cada viajero construye su objeto en virtud de su cultura, de su experiencia, de las circunstancias de su vida”¹⁶. Verdade tanto maior tratando-se de um relato imaginário.

De reter é que, independentemente dos recursos e ferramentas utilizados, o fim é sempre, com base na figura da viagem, construir uma síntese dos conhecimentos geográficos e políticos da época relativamente ao mundo conhecido.

Neste ponto, é conveniente destacar que, quando aplicada à época aqui em debate, a distinção entre livros de viagens reais e fictícias é pouco operativa:

“Le voyage du Franciscain est imaginaire; mais il apporte une description du monde, plus complète que bien d’autres et à laquelle l’itinéraire supposé donne une unité plus facile à suivre que celle que donne, à la même époque, une description comme celle de l’Anonyme de Cologne. Et il a été considéré comme une récit authentique par les hommes de la fin du XIVe siècle:

¹⁵ Lacarra 1989.

¹⁶ Zumthor 1994, 293.

lorsque Jean de Béthencourt conçoit l'idée d'un empire africain d'où l'on aurait pu "avoir légèrement des nouvelles du Prestre Jehan", c'est à partir du "livre que fit un Frère Mendecant qui environna iceluy pays et fut à tous les ports de mer, lesquels il devise et nomme, et alla par tous les royaumes chrestiens et des payens et des sarrasins qui sont de ceste bende"¹⁷.

Na verdade, as categorias de verdadeiro, falso, realidade e ficção, literatura e história nunca resultaram tão inoperantes como ao tentar aplicá-las a este período cronológico¹⁸.

Peter Russell afirma estar de acordo com Armando Cortesão, que escreveva respeito:

"Não me admira que o frade, homem indubitavelmente lido e dotado de fértil imaginação, tivesse escrito a sua fantástica história; o que me surpreende é que tenha havido pessoas cultas que em tempos modernos pudessem ter acreditado em tão absurda e evidentemente impossível viagem"¹⁹.

Ora, ao falarem aqui de "tempos modernos", Cortesão e, através dele, Russell referem-se à primeira fase dos Descobrimentos e a figuras como Jean de Bettencourt e D. Henrique, ou seja, à Baixa Idade Média, período onde esta distinção não se colocava da mesma forma que a colocamos agora. Ou seja, ambos expressam uma opinião "apropriada às realidades de hoje, mas que se revela anacrónica e deformante quando aplicada à observação do passado"²⁰.

¹⁷ Richard, Jean. 1981. "Voyages réels et voyages imaginaires, instruments de la connaissance géographique au Moyen age". Em *Culture et travail intellectuel dans l'Occident médiéval*. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, 215.

¹⁸ Veja-se Duby, Georges. 1999. *Sociedades Medievais*, Lisboa: Terramar, 8; Lacarra 1989, 501.

¹⁹ Russell, Peter E. 1987. "La heráldica en el *Libro del conocimiento*". Em *Studia in Honorem Prof. Martín de Riquer*, ed. Jaume Vallcorba, 696. Barcelona: Quaderns Crema.

²⁰ Duby 1999, 8.

Como já referimos, desde meados do século XIII que as relações de missionários e mercadores alternam observações tomadas da realidade com a persistente procura dos mitos asiáticos. Tudo se aproveita e justapõe sem importar as contradicções do discurso daí resultante. O valor fundamental do narrado está na notícia, válida em qualquer consideração de recepção.

Assim sendo, estabelecer divisões estanques entre “real” e “imaginário” para a época coeva da concepção do *LC* não só é um exercício anacrónico como é também um procedimento nada proveitoso no que toca a compreender realmente o impacte do texto junto do público receptor.

A questão central não deverá estar em saber se o autor realizou ou não tal viagem, mas sim em apreender o que é que ele considera importante conhecer no mundo, isto é, o que é fundamental saber e revelar. Em última análise, o objectivo deve consistir em perscrutar a forma como o mundo está representado na descrição desse périplo; a mundividência do autor e da sociedade coeva; a importância da viagem enquanto veículo por excelência para informar e dar a conhecer os universos da ordem e da desordem, do *Eu* e do *Outro*, do conhecido e do desconhecido.

Outro argumento que revela a fraca operatividade da divisão entre relatos reais e fictícios, bem como o carácter simplista destas classificações, reside na intensa interacção entre as obras geográficas e ligadas à viagem.

Com efeito, os textos mesclam-se. Uns inspiram-se, ou são até concebidos, com base em outros²¹. A mesma obra pode ter “diversas” origens, algumas das quais bastante diferentes entre si. Veja-se o caso do famoso *Atlas Catalão de 1375*. O autor, Cresques Abraham (1325-1387), que contou com a provável colaboração do seu filho, Jafudà Cresques, serviu-se claramente do livro de Marco Polo para constituir o corpo das lendas. Por outro lado, apresenta no primeiro painel da sua obra uma descrição do mundo de tipo isidoriano. Outro exemplo é o próprio *LC*, onde se lê uma frase

²¹ Cf. Lacarra 1999, 78.

reproducida literalmente do acima mencionado atlas: “dizen que en esta ciudad [Syrras] fue fallada primeiramente la astronomía”²².

Em síntese, os relatos ditos “reais” estão, na Idade Média, repletos de fantasias, ao passo que os relatos classificados como “fictícios” contêm vastas passagens recheadas de informações verídicas, fruto da experiência do próprio autor ou então recebidas de alguém que viajou e registou, ou transmitiu oralmente, o seu périplo.

Como assinala Paul Zumthor “(...) la realidad tiene sus zonas de sombra, difíciles de integrar; la verdad no es tanto un dato natural como el producto de reglas discursivas, en alguna medida aleatorias y sometidas a las irregularidades de la historia. El discurso del relato de viajes nunca se comprueba – ni se puede comprobar – de forma inmediata: es un rasgo único, parentesco innegable con la ficción”²³.

5. Repercussões do *LC*

Quando falamos das repercussões causadas pelo *LC*, imediatamente recordamos a utilização das informações contidas no texto pelos conquistadores das Canárias. Com efeito, o *LC* foi eleito por João Verrier e Pedro Bontier, capelão e cronista de João Bethencourt, para facilitar ao seu senhor notícias sobre as costas do cabo Bojador, que este pensava incorporar nos seus domínios cerca do ano de 1404. Esta é, de facto, a única consequência realmente provada. No entanto, a hipótese levantada por Peter Russell em relação à eventual utilização do *LC* pelo infante D. Henrique na preparação das expedições ao litoral ocidental africano, não deixa naturalmente de ser válida²⁴. Afinal, o inverosímil do itinerário do *LC* não impediu que a obra fosse escolhida para guiar uma exploração com a envergadura da de Bethencourt.

²² Rubio Tovar 1986, 64.

²³ Zumthor 1994, 291.

²⁴ Cf. Russell 1997; Russell 1981.

No capítulo VII da *Crónica da Guiné*²⁵ é facilmente identificável o conhecimento do LC quando se noticia o desejo do Infante D. Henrique de entrar em contacto com o Preste João, já que se afirma ser possível, através da foz do Rio do Ouro, enquanto braço do Nilo, um tal objectivo, ou seja, a partir da costa ocidental africana atingir a África oriental e, mais especificamente, o reino do Preste João. De facto, o LC é bastante claro e positivo em relação a esta possibilidade:

“E llegamos al rrio del Oro, de que ya conte de suso, que se parte del Billo, el qualnasçe de las altas sierras del polo Antarico, do dizen que es el Paraiso Terrenal, e trauesa toda tierra de Nubia et de Etyopia e partese en dos braços, el vnobra contra el el desierto de Egipto por Damjaco, e el otro braço mayor biene al ponjente et metese en el mar Oçidental et dizenle el rrio del Oro”²⁶.

Por outro lado, ainda na *Crónica da Guiné*, no capítulo XVI, também se refere como, chegados ao rio do Ouro, procuraram os homens do Infante averiguar se havia do Preste João qualquer notícia. De resto, no LC surge ainda uma segunda possibilidade de atingir a África Oriental pelo litoral ocidental:

“Et en este rreynado Amemjan entra vnbraço del rrio Eufra-tes el que nasce de ças altas syerras del polo Antarico, do dizen que es el paraiso Terrenal. E este rrio Eufrates fazese tres braços; el vnbraço entra por medio del rreyno de Amemjan, e los otros dos braços çercan todo el rreyno que han en ancho en algunos lugares dos jornadas. E asy es el rreyno muy grande. E dende- trabese el dicto rrio et andude muy grant camjno en su rribera que es mucho poblada, e llegue a vnagrand çivdat que le dizen- Graçiona, que es cabeça del jnperio [de] Abdeselib que qujerede-

²⁵ Cf. Zurara, Gomes Eanes de. 1998. *Crónica da Guiné*. Lisboa: Civilização.

²⁶ Ms. Z, escudo LXXVI em Lacarra, María Jesús et al., eds. 1999. *Libro del conoçimiento de todos los rregnos et tierras et señorios que son por el mundo, et de las señales et armas que han*, ed. facsimilar del Manuscrito Z (Múnich, Bayerische Staatsbibliothek, Cod. Hisp. 150). Zaragoza: Institución “Fernando El Católico” (CSIC).

zirsieruo de la cruz. E este Abdeselib es de la ygleia de Nubia e de Etyhopia e este defiende al Preste Johan, que es patriarcha de Nubia et de Etyhopia, e señoera muy grandes tierras et muchas çivdades de christianos”²⁷.

Por tudo isto, não surpreende que na primeira metade do século xv, o *LC* tenha alcançado grande popularidade, sobretudo em Castela. Afinal, como já assinalámos, a sua singularidade e aparente verosimilhança fizeram com que nos inícios de Quatrocentos, os cronistas da expedição francesa às Canárias tivessem recorrido ao seu conteúdo, considerando-o uma fonte rigorosa e fidedigna.

6. Etapas da viagem e lugares de partida/chegada

A viagem apresenta 3 etapas: A primeira ocupa-se exclusivamente da Europa. A segunda abrange a Europa e a África, centrando-se claramente no litoral do mar Mediterrâneo. A terceira e última abrange os três continentes (Europa, África e Ásia), portanto todo o mundo conhecido.

A Europa é de longe o continente “preferido” – melhor dizendo: o mais conhecido – pelo autor. Com efeito, num total de 396 lugares de partida/chegada, registam-se neste continente 191, ou seja, quase metade das ocorrências. Logo de seguida surge o continente africano com 121 lugares e, por último, a Ásia com 84 lugares.

Esta discrepância entre continentes, principalmente entre a Europa e a Ásia, faz-nos concluir que à medida que nos distanciamos do universo da Cristandade, ou seja da segurança e da ordem, enfraquece o rigor da descrição geográfica, bem como a evocação de lugares – muito menos conhecidos nas regiões mais afastadas, quer em quantidade, quer em riqueza descritiva.

²⁷ Ms. Z, escudo LXXIX. De salientar que neste ponto do itinerário, o autor do *LC* engana-se ao evocar o rio Eufrates.

Em suma, a apresentação do espaço no *LC* obedece a uma lógica de centro-periferia.

7. O protagonismo do mundourbano

A urbe constitui o esqueleto e o cenário por excelência do itinerário apresentado no *LC*. Isto é, o autor da obra privilegia claramente uma imagem urbana do mundo coevo.

Os centros urbanos (cidades e vilas), com 247 ocorrências num total de 396, constituem a grande maioria dos lugares de partida/chegada presentes no itinerário apresentado pelo *LC*. A discrepância é enorme, mesmo relativamente às duas categorias seguintes, ilhas e reinos (respectivamente, com 69 e 36 ocorrências).

Tais valores revelam a preferência do autor pelos centros urbanos na representação do mundo. Estes ocupam claramente uma posição de privilégio, única mesmo, na sua mente enquanto elementos estruturantes da realidade espacial. Se nos reportarmos à temática específica da viagem, então a sua importância é ainda maior, pois eles prefiguram os pontos de apoio (autênticas encruzilhadas) e locais de paragem e visita por excelência.

É a cidade que estrutura a viagem aqui apresentada. Ela constitui a espinha dorsal de um itinerário, cuja razão de ser reside precisamente na deslocação entre topónimos.

Este privilegiar da cidade enquanto centro da vida social, política e cultural surge naturalmente na linha das modificações estruturantes introduzidas, lentamente, pelo Renascimento do século XII. Com efeito, a explosão da importância urbana ocorrida neste século reformador já está completamente implantada na Europa Ocidental à época da redacção do *LC*. Por outro lado, a primazia atribuída à cidade é, em nossa opinião, reveladora da provável origem urbana do autor e da sua eventual ligação ao mundo citadino em termos de enquadramento e actividade social.

Regra geral, sempre que se chega a uma região ou reino, existe a preocupação de assinalar as maiores e mais importantes cidades, e, de entre

estas, a que exerce as funções de capital (cabeça de reinado ou de império) e de cenário para a coroação dos reis.

A cidade é um espaço superior. Necessário. Vital. E apesar de não declarado, a extensa nomeação da cidade é acompanhada no *LC* de um intenso fervor.

Também ao nível do maravilhoso presente na fonte podemos identificar a preponderância da cidade: das 13 imagens de *mirabilia* que acompanham o texto, 5 são relativas a cidades. Outro indicador desta supremacia reside na componente heráldica.

Por tudo isto, podemos afirmar que o autor do *LC* partilha da consciência urbana que invadiu a Europa a partir do século XII. Uma consciência que determina claramente a forma de o autor pensar e, sobretudo, dar a ver o mundo.

A cidade é a ordem, e a sua centralidade em relação à região que integra afasta-a de alguma forma da ruralidade e do exterior selvagem, onde imperam a desordem, a violência, o caos. O que fica para lá das suas muralhas é a antítese daquilo que os seus habitantes procuram no seio das ruas, praças, campanários e mercados.

A Europa, a Cristandade, espaço mais conhecido do autor, é o grande cenário da toponímia. À medida que nos afastamos da bacia do Mediterrâneo e da Ásia Menor, os topónimos começam a escassear. Apenas o Norte do continente africano, precisamente por se encontrar mais perto da Cristandade que nos tempos da Roma imperial integrou, revela uma regularidade comparável ao quadro europeu.

A cidade é, em resumo, inequivocamente o elemento central, estruturante, do itinerário e do discurso veiculados no *LC*.

8. A heráldica

Também no que se refere à representação heráldica, o *LC* obedece uma lógica de centro-periferia, isto é, um esquema mental onde impera o princípio do descentramento.

Com efeito, a distribuição dos sinais heráldicos pelos três continentes conhecidos corrobora esta visão do mundo: a Europa abarca 58 sinais, aproximadamente metade do total de 121. A Ásia e a África apresentam valores aproximados.

À medida que nos afastamos da região considerada como espaço de ordem, segurança e harmonia, ou seja, o espaço conhecido — o mundo de influência mediterrânica, sobretudo o europeu —, os poderes perdem a sua força e perdem, inclusive, a capacidade de representação.

Um aspecto a reter é que a presença de tão ampla componente heráldica funciona exemplarmente como garante da veracidade e aplicabilidade do documento — qualidades reforçadas pelo facto de o autor se apresentar como testemunha pessoal desses “señales”. Daí, aliás, que a relação estética/funcionalidade/utilidade tenha certamente constituído uma das suas principais preocupações aquando da feitura do texto.

Como é natural, os sinais heráldicos mais distantes da Cristandade possuem alguma dose de fantasia; no entanto, esta resulta mais do conceito de espaço do que da vertente simbólica propriamente dita. Ou seja, o emblema não é fantástico *per se*, mas porque simboliza um remoto e exótico senhorio asiático ou africano.

9. O Imaginário

O imaginário ocupa um lugar de destaque no *LC*. Com efeito, não raras vezes, o autor interrompe a prossecução do seu itinerário para narrar *amirabilia* que se lhe depara no caminho ou de que ouviu falar. Na essência, as narrativas de carácter fabuloso estão intrinsecamente associadas aos espaços percorridos.

Tal como acontece com outros relatos coevos, como o famoso *Livro das Maravilhas do Mundo* de Mandeville, ou com diversas representações cartográficas da época, no *LC* não existe uma clara separação entre geografia, história, lenda e mito. Aqui, ao contrário das *Imago mundi*, que apresentam estes campos claramente independentes, a menção a um determi-

nado espaço pode também servir para evocar um acontecimento político decorrido no mesmo, nomear os seus habitantes fantásticos ou mesmo para recordar um herói ligado à sua fundação. Lenda e história, fábula e realidade caminham assim lado a lado.

Ao nível do suporte físico, as *mirabilia* do mundo manifestam-se no *LC* de duas formas distintas: através da redacção (descrição das lendas e mitos) e da representação iconográfica. No conjunto identificámos 44 lendas e mitos, com um total de 66 ocorrências.

O texto surge assim pautado por ilustrações coloridas que têm por função ajudar a esclarecer a explicação literária relativa a determinados seres extraordinários — monstros e seres híbridos — e lugares míticos.

Dar a conhecer notícias de uma determinada realidade, o mundo da forma que se apresenta aos olhos do autor, constitui, na essência, o fio condutor da narrativa. Mas o *LC* apresenta-se também como uma iniciação aos enigmas que o mundo encerra nas suas fronteiras. A viagem surge então como um mecanismo por excelência para reflectir sobre a criação, o tempo, o espaço, a diversidade, a unidade. E vai mesmo mais longe, pois, noutra vertente, assume-se ainda como veículo privilegiado de acesso ao conhecimento.

Neste ponto levanta-se uma questão: que tipo de saber pode fornecer a prática da viagem pelo mundo? A resposta é inequívoca: os enigmas do mundo, a hierarquia das sociedades, a natureza política da humanidade, eis os conhecimentos ligados à viagem na época coeva do autor.

Percorrer o mundo é igualmente percorrer os seus mistérios, as suas interrogações, o seu passado e o seu futuro. Viajar apresenta-se, pois, como uma iniciação ao imaginário.

Nesta medida, podemos afirmar que, ao nível do imaginário, o *LC* retoma o espírito da Antiguidade, onde viajar era ver as maravilhas do mundo.

Também ao nível do maravilhoso o *LC* apresenta uma lógica de centro-periferia: à medida que nos afastamos da Europa cristã aumentam as evocações de *mirabilia*, em número, diversidade e extravagância.

No quadro deste pensamento, o mundo divide-se em três partes: espaços conhecidos (Cristandade; Europa cristã); espaços que constituem

os limites do mundo conhecido (territórios de fronteira que funcionam como “marcas” ou terras-de-ninguém e que fazem a transposição entre o primeiro e o segundo espaços); espaços para lá da Cristandade (regiões que representam a antítese dos espaços conhecidos e encerram o caos e a desordem, legitimando, por isso, a “supremacia” daqueles).

O maravilhoso presente no *LC* surge, assim, intimamente associado ao mundo da periferia; ou seja, o Norte da Europa, a África Equatorial (a ocidente e a leste) e, sobretudo, o Oriente.

Horizonte onírico da Cristandade ocidental, o Oriente serve de palco à grande maioria das lendas e mitos evocadas no texto: 35 ocorrências (juntando as marítimas às terrestres) em 25 referências.

As regiões de transição entre o espaço conhecido e os confins do mundo — que denominamos territórios de fronteira — funcionam, pois, como “marcas” ou terras-de-ninguém. Referimo-nos à linha que, a norte, percorre as Ilhas Britânicas e os Países Baixos; a sul, o Sara Setentrional; e a leste, a Ásia Menor e a faixa siro-palestiniana. São territórios-ponte entre a zona extrema — por isso desconhecida e susceptível de um “preenchimento” de conteúdo fabuloso — e a região mais próxima, a Cristandade ocidental. A qualidade da “transição” dota-as de um significado muito especial para o homem medieval: aqui era possível um viajante deparar-se ora com um acontecimento perfeitamente ordinário ora com algo prodigioso.

A mundividência de todos aqueles que percorriam os caminhos destes espaços de passagem ganhava assim contornos particulares e acabava por ser determinante na edificação das suas expectativas e motivações.

Já as lendas da periferia estavam mais próximas do viajante e do leitor ao nível do tempo, mas distantes em termos espaciais. Esta distância geográfica tornava-as sedutoramente perigosas e desconhecidas, como era o caso, por exemplo, do temor ligado aos povos de Gog e Magog e, noutra vertente, a paixão desencadeada pelas terras do Preste João. A atracção era inevitável e o crescendo de fantasia também.

Conclusão

O princípio intrínseco que marca e define a visão do mundo presente no *LC* reside exactamente na combinação harmoniosa de dois tópicos: uma estruturante lógica de centro-periferia e uma concepção integral do espaço que compõe o mundo. É com base em tal combinação que o autor pode, com segurança, avançar o itinerário e a cidade como grandes eixos do relato.

Daqui resulta uma visão do mundo nobiliárquica, unitária e totalizadora: o mundo é um espaço senhorial, simbolicamente identificado através da heráldica. Por outras palavras, é por excelência um espaço político onde o poder dos senhores leigos se sobrepõe ao poder dos eclesiásticos. Não há terra-de-ninguém. Tudo tem um senhor. É o primado do mundo como um conjunto de poderes, claramente repartidos. Estamos então perante uma poderosa antevisão do que será Tordesilhas (1494) e a concepção geopolítica que marcará o modernismo.

A vertente utilitária do relato é outro elemento revelador da modernidade do *LC*: por um lado, constitui uma perfeita relação entre cartografia e conhecimentos letrados, como é característico das cartas náuticas portuguesas; por outro, configura-se como um precioso instrumento de apreensão, compreensão e representação da realidade que se poderia deparar ao narrador/viajante ao percorrer vias terrestres e marítimas, reais ou imaginárias. Reflete, nesta medida, a emergência do homem renascentista, aquele que não receia utilizar a experiência pessoal e que concebe a escrita e o elemento imagético como um meio fundamental para preservar, acrescentar e inclusive manipular o saber adquirido.

O *LC* não é apenas uma original compilação de bandeiras e escudos heráldicos, nem só uma notável enciclopédia de *mirabilia*. Vai muito para além disso. Na essência, é uma fonte única no contexto dos relatos de viagens medievais, expressando o modo como a Península Ibérica olhava o mundo e as suas fronteiras. Situada numa zona periférica da Cristandade e da sua ordem e segurança, a Ibéria percepcionava o desconhecido, isto é, o antimundo, a terra do *Outro* e o diferente, onde reinava o caos e a desor-

dem, como um espaço que não era necessariamente negativo. Via-o antes como uma realidade passível de ser conhecida e descoberta.

Quando olhado de outro ângulo, o chamado *LC* revela como a sociedade hispânica da Baixa Idade Média, em grande parte herdeira de um passado marcado pelos estreitos contactos nela mantidos, desde há muito, entre civilizações europeias, asiáticas e africanas, já concebia o mundo então conhecido como um espaço capaz de ser geográfica e politicamente inventariado, e, como tal, susceptível de ser descrito, percorrido e itinerado, das ilhas atlânticas às do Índico, da Escandinávia à África Negra, da China às Ilhas Britânicas.

Em síntese, nas suas múltiplas facetas e diversas condicionantes, o universo que envolve o *LC* dá bem a ver como o homem medievo é essencialmente um *homo viator*. Um homem cujo imaginário é ao longo dos séculos cada vez mais preenchido pela dimensão simbólica da viagem e dos espaços longínquos a ela associados. Um homem que anda sempre e vê sempre, seja pelos caminhos físicos do espaço que percorre, seja pelos caminhos iniciáticos que conduzem à salvação da sua alma. ■